



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

Tomada de Preço nº 09/2021

Processo Licitatório Nº 40/2021 – Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO - ESTADO DE MINAS GERAIS, sito na Praça Eliane Queiroz da Silva, 25 – Alto da Boa Vista, CNPJ - 01.602.782/0001-00, torna público que realizará no dia 17 de JUNHO de 2021 as 08h30min, a Tomada de Preços nº 09/2021, Processo Licitatório nº 40/2021 sob a regência da Lei Federal N.º 8.666/93 e alterações posteriores, cujo Objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PARTE DA RUA MARIA ALVES , CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, PROJETO E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA DE OBRAS.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 17/06/2021 **HORA:** 08h30min

LOCAL DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO.

PRAÇA ELIANE QUEIROZ DA SILVA, Nº 25 – BAIRRO ALTO DA BOA VISTA – Dom Bosco-MG.

1. OBJETO.

Este procedimento licitatório destina-se à seleção e à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PARTE DA RUA MARIA ALVES, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, PROJETO E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Dom Bosco MG, 31 DE MAIO DE 2021.

POLLYANNA BORGES

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 09/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021.
TIPO MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021

1 – PREÂMBULO.

A Prefeitura Municipal de Dom Bosco - MG através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada á Pça Eliane Queiroz da Silva, 25 – Alto da Boa Vista, torna público que se fará realizar no dia 17 de JUNHO de 2021 às 08h30min, na sala da Divisão de Compras e licitações, localizado no mesmo endereço, nesta cidade, Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo menor preço por empreitada Global (mão de obra e matérias). Nos termos da Lei 8666/93 suas alterações e demais legislações aplicáveis, objetivando é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PARTE DA RUA MARIA ALVES , CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, PROJETO E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2 Para recebimento do envelope nº 1 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e envelope nº 2 PROPOSTA DE PREÇOS, fica determinado o dia 17 de JUNHO de 2021 às 08h30min, o qual deverá ser entregue no setor da comissão de julgamento, no edifício sede da Prefeitura Municipal.

1.3 A abertura dos Envelopes nº 1, contendo a documentação de Habilitação dar-se-á na data, horário e local acima estabelecido. Havendo concordância da Comissão de Licitação e de todos os proponentes, renunciando a interposição de recurso da fase de habilitação, preceder-se-á, em seguida, a abertura dos Envelopes nº 2, contendo a Proposta de Preço dos proponentes habilitados.

2 – OBJETO.

2.1. **Empreitada Global (mão de obra e matérias).** Nos termos da Lei 8666/93 suas alterações e demais legislações aplicáveis, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PARTE DA RUA MARIA ALVES, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, PROJETO E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

2.1.1. Os serviços a serem executados deverão obedecer às especificações contidas no Anexo I – Memorial Descritivo e Especificações Técnicas deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

2.1.2 - As informações administrativas relativas à licitação serão prestadas pelo setor de compras e licitações e as informações técnicas serão prestadas pelo setor de engenharia e projetos da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no edifício sede da Prefeitura Municipal, bem como a visita técnica a partir do dia 02 de junho de 2021 no horário de 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h,

A visita técnica é **FACULTATIVA**. Caso a empresa tenha interesse em realizar a visita, deverá agendar previamente pelo e-mail ou fone: licitacoesdombosco@gmail.com (38) 3675 7137 – setor de compras e licitações.

3.0 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMATIVO FIXADO

3.1. Os recursos para atendimento do objeto desta licitação serão provenientes da dotação orçamentária 02.11.01.25.752.2501.2597.3.3.90.39.00 - Ficha 519; Fonte 1.00.00 - 1.17.00 - 2.17.00 e demais do exercício.

3.2 - O valor total orçado pela Prefeitura Municipal de Dom Bosco para a empreitada global, corresponde a R\$ 135.557,42 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos) de acordo com planilha de preços aprovada.

3.2.1 - Neste valor estão incluídos todos os custos básicos diretos, todas as despesas indiretas e os benefícios da empresa, assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST), não podendo haver qualquer custo para realização da obra não computado neste valor.

3.3 - O valor do item 3.2. É o máximo admissível.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente, empresas interessados, cadastrados na correspondente especialidade em qualquer órgão ou entidade da Administração PÚBLICA, que manifestarem interesse 03 (TRES) DIAS UTEIS ANTES para entrega das propostas. **DO CADASTRO:** Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar junto ao setor de compras e licitações, toda a documentação relativa à habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista. licitacoesdombosco@gmail.com.

4.2 – Poderão assinar atas ou manifestar-se na sessão o licitante CREDENCIADO, sendo procurador da empresa A PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO, conforme modelo estabelecido no Anexo VIII do Edital ou o CONTRATO SOCIAL, no caso de representante legal da empresa, em ambos os casos deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1, 2.

4.3 - Serão admitidos apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

4.4 - As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

4.5 - Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.

4.6. - O DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO E ENTREGUE EM SEPARADO.

4.7 - Da Representação:

4.7.1 - Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário credenciamento, com menção expressa de amplos poderes, inclusive para o recebimento de intimação para desistência de recursos. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se, nas sessões, contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitações.

4.7.2 - Se representada pelo Sócio, deve apresentar:

- a) - Ato Constitutivo (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);
- b) - Documento de Identificação com foto;
- c) - Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.7.3 - Se representada por procurador, deve apresentar:

- a) - Ato Constitutivo;
- b) - Documento de Identificação civil (RG. Carteira de registro profissional, etc.);
- c) - Procuração com firma do outorgante reconhecida (mod. Anexo)
- d) - Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.7.2.1 - Não será permitida a participação, na reunião, de mais de um representante em nome de cada proponente.

4.7.2.2 - Durante os trabalhos só será permitida manifestação oral ou escrita do representante legal ou credenciado pela empresa proponente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

4.7.3 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.7.3.1 - licitante caracterizada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá declarar essa condição, sob pena de não serem reconhecidos os privilégios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da referida Lei.

4.7.3.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte também deverão apresentar, cópia do enquadramento em Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP autenticada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais.

4.7.3.3 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal (*documentos exigidos*), a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá participar da licitação, conforme o Art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo apresentar os documentos referente à Comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições tem assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por mais cinco, a partir da declaração de vencedor da licitação, para apresentar ao Departamento de Licitações as respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa.

5 – PRAZOS DE DURAÇÃO DOS SERVIÇOS.

O contrato será pactuado de acordo com o cronograma de trabalho apresentado, iniciando-se a partir de sua assinatura com previsão de conclusão de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Legislação.

6. DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DO ENVELOPE.

6 – DOS ENVELOPES

6.1. - Os licitantes deverão apresentar, no local, dia e hora marcados, dois envelopes denominados, respectivamente, de nº 1 - Documentação e nº 2 – Proposta Comercial.

6.1.2 - Os envelopes deverão estar lacrados e indevassáveis, com a seguinte inscrição:

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 09/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021
ABERTURA DIA: 17/06/2021, ÀS 08H30MIN.
NOME DA PROPONENTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO
TOMADA DE PREÇO Nº 09/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021
ABERTURA DIA: 17/06/2021, ÀS 08H30MIN.
NOME DA PROPONENTE

7. DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 - DOCUMENTAÇÃO

7.1.1 - O envelope nº 01 HABILITAÇÃO, deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais:

7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.3 - HABILITAÇÃO FISCAL

7.1.3.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

7.1.3.2 – prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.3.3– Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

7.1.3.4– Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.1.3.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

7.1.3.6- Comprovante de Inscrição e Situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da mesma licitante que irá faturar e entregar o objeto licitado.

7.1.7 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.1.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.5.1 – Certidão de Registro e Quitação da **Empresa**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

7.1.5.2 - Certidão de Registro e Quitação do seu **responsável Técnico**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

7.1.5.3 - Atestado de Capacidade Técnica. (ORIGINAL OU CÓPIA simples) emitido por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de forma que a licitante comprove já ter fornecido serviços semelhantes aos descritos no objeto.

7.1.6 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.6.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade ou assinado digitalmente.

b) No caso de empresas constituídas recentemente, estas deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado e as demonstrações contábeis referentes ao período compreendido do início das atividades até data próxima à abertura das propostas.

7.1.6.2- Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias da realização da licitação;

7.2 - DECLARAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

7.2.1 - Os LICITANTES deverão apresentar declaração firmada pelo representante legal do LICITANTE, observado o disposto no anexo VII, de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99.

7.2.2 - Declaração da licitante, comprometendo-se a informar a qualquer tempo, sob as penalidades cabíveis, a existência de fatos supervenientes impeditivos de contratação e habilitação com a administração pública.

7.2.3 - Declaração assinada por quem de direito, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do anexo IV deste edital.

7.3. DA PROPOSTA COMERCIAL

7.3.1 -A Proposta de Preços contida no Envelope Nº 2 deverá atender a todas as exigências prevista neste EDITAL;

7.3.2 - A proponente deverá ofertar seu preço total global para a execução dos serviços objeto desta licitação, expresso em Reais, em algarismo e por extenso, utilizando o espaço existente no Impresso Oficial de Proposta – Anexo II. Para efeito de julgamento, havendo divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

7.3.2.1 – Os preços unitários ofertados deverão contemplar todos os custos básicos diretos, assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST).

7.3.2.2 – Planilha Custos Básicos orçados pelo licitante (anexo III), contendo em reais, em algarismos, com data-base do mês da apresentação da proposta, demonstrando os preços unitários e parciais correspondentes aos itens do orçamento da prefeitura, bem como o respectivo valor total que resultou na oferta expressa através do Impresso Oficial de Proposta Anexo II.

7.3.2.3 – Nos preços unitários da Planilha de Custos Básicos orçados pela licitante, deverão estar compreendidos todos os preços de materiais, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas diretas, devendo, ainda, ser mantidos os mesmos coeficientes e componentes das composições dos custos unitários do orçamento elaborado pela prefeitura como máximo admissível.

7.4 – Na proposta deverá constar o prazo da sua validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

7.5 - A apresentação da proposta implica na aceitação tácita de todas as cláusulas e termos da Lei Federal nº 8.666-93 e demais normas complementares e dos termos desta TOMADA DE PREÇOS.

7.6 – Deverá acompanhar ainda a proposta, Atestado de Vistoria modelo anexo V, devidamente assinado, conforme item 2.1.2 do Edital.

7.7 –A Proposta de Preço deverá conter, preferencialmente, o nome e o endereço completos do licitante, seus números de telefone e de fax, bem como seu endereço eletrônico completo (e-mail), se houver, para fins de eventuais contatos, assim como o nome completo do representante do LICITANTE credenciado a celebrar eventual contrato, seu estado civil, profissão, número da cédula de identidade, com a identificação do respectivo órgão emissor, número do CPF, endereço completo de seu domicílio e o cargo por ele ocupado na empresa LICITANTE;

7.8 - A proposta deverá conter oferta firme e precisa sem alternativas de preços ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento;

8 - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

8.1- No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste **EDITAL**, reunir-se-á a Comissão de Licitação para o **CREDENCIAMENTO**, recebimento do **ENVELOPE nº 1 – HABILITAÇÃO e ENVELOPE nº 2 - PROPOSTA DE PREÇO**.

8.2 - Após análise dos credenciamentos serão lançados em ata os nomes dos representantes dos **LICITANTES** presentes e, no caso de não realização do mesmo, será registrado em ata o nome da pessoa que entregou os Envelopes.

8.3 - Nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer acréscimos à documentação de habilitação e à proposta, após o início da abertura dos envelopes de habilitação pela Comissão de Licitação.

8.4 - PRIMEIRA FASE - HABILITAÇÃO – consistirá na abertura dos **ENVELOPES Nº 1**, contendo a documentação de Habilitação, que será conferida, numerada e rubricada pela Comissão de Licitação e pelos **LICITANTES** presentes, sendo que os demais envelopes permanecerão fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, devidamente rubricados pelos representantes legais dos **LICITANTES** presentes.

8.5 - A análise e o julgamento da Habilitação serão realizados, com base neste edital, na própria sessão pública, sendo o resultado divulgado no quadro de avisos da prefeitura municipal de Dom Bosco.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

8.6 - Na hipótese de ser divulgado o resultado da Habilitação na reunião de abertura dos **ENVELOPES Nº 1**, e havendo renúncia expressa de todos os **LICITANTES** em interpor recurso, será iniciada a abertura dos envelopes de Proposta Comercial. Caso contrário, a Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos, para eventual interposição de recurso(s), conforme previsto no inciso I, alínea “a” do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93.

8.7 - Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso, ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), os **LICITANTES** habilitados serão notificados, via quadro de avisos da prefeitura municipal de Dom Bosco a comparecerem em data, local e hora estipulados, a fim de participarem da fase de abertura dos envelopes de Proposta Comercial.

8.8 - SEGUNDA FASE – PROPOSTAS DE PREÇO - será iniciada em sessão pública, na qual será realizada a abertura das Propostas de Preço, as quais serão lidas em voz alta, pelo Presidente da Comissão de Licitação, e cujas folhas serão numeradas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, pelos **LICITANTES** presentes.

8.9 - A Comissão de Licitação procederá ao julgamento das Propostas de Preço em sessão pública, com o resultado e a respectiva ordem de classificação das Propostas de Preço neste momento ou posteriormente, no quadro de avisos da prefeitura de Dom Bosco e informando o resultado aos proponentes licitantes do certame.

8.10 - Na hipótese de ser divulgado o resultado do julgamento das propostas na reunião de abertura dos **ENVELOPES Nº 2**, e havendo renúncia expressa de todos os **LICITANTES** em interpor recurso, será adjudicado o objeto da **Tomada de preço** a licitante vencedora, e posteriormente a homologação pela autoridade competente. Caso contrário, a Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos, para eventual interposição de recurso(s), conforme previsto no inciso I, alínea “b” do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93.

8.11 - Após o transcurso do prazo regulamentar sem que tenha havido interposição de recurso, ou após o julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), o **LICITANTE** vencedor será notificado, a comparecerem em data, local e hora estipulados, a fim de assinar o contrato.

9 - JULGAMENTOS DA LICITAÇÃO

9.1- A classificação e o julgamento da proposta processar-se-á levando em consideração o critério de **menor preço por empreitada global** ofertado na Proposta - Anexo II, desde que atendidas as exigências deste TOMADA DE PREÇO e o interesse da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

9.1.1 - A Comissão de Licitação verificará se os preços unitários dos serviços ofertados pela licitante em sua proposta não são superiores ao preço máximo admissível admitido pela Prefeitura conforme item 3.2, e anexo III – Planilha de Custos Básicos, para os serviços objeto do presente, ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, nos termos do disposto no § 3º do art. 44 da Lei Federal nº 8.666/93. À Comissão, se for necessário, será assessorada em sua avaliação por órgãos técnicos da Prefeitura.

9.1.2 – A Comissão de Licitação poderá notificar, para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos termos do inciso II, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, a licitante comprove a viabilidade de sua proposta, a compatibilidade dos preços ofertados com os preços dos insumos e salários do mercado e respectivos encargos. No tocante aos materiais e às instalações de sua propriedade, poderá a licitante declarar, expressamente que renuncia, parcial ou totalmente, à correspondente remuneração, de acordo com o disposto no § 3º, do artigo 44, todos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9.2 – Serão desclassificadas as propostas:

9.2.1 - que apresentarem borrões ou rasuras que não permitam o seu entendimento, bem como as que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital;

9.2.2 - que estiverem com valor total acima do limite máximo estabelecido pelo item 3.2 deste Edital;

9.2.3 - que contiverem preços incompatíveis, nos termos do disposto na cláusula 9.1 supra.

9.2.4 - que estiver com preço global manifestamente inexequível nos termos de § 1º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2.5 – As propostas que não for acompanhada do Atestado de Vistoria, modelo anexo V conforme itens 1.2 e 4.5 do Edital.

9.3 – Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a Administração poderá utilizar-se da previsão contida no § 3º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4 - Verificada a absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão Julgadora procederá, ao desempate por sorteio, em ato público, para fins de classificação.

9.5 - Decidida à classificação, a Comissão Julgadora adjudicará o objeto da licitação à empresa primeira classificada, publicando o resumo do ato no mural oficial de avisos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

9.6 - Procedida à classificação, nos termos dos critérios de avaliação deste Instrumento pela comissão julgadora e finda a fase recursal conforme cláusula VI abaixo, o processo será encaminhado ao prefeito municipal para homologação, a seu critério e adjudicação do objeto, após a empresa vencedora será convocada para oportunamente subscrever a Ordem de Execução de Serviços - Anexo VI deste Edital.

10 - RECURSOS

10.1 - Eventuais recursos contra decisão da Comissão de Licitação na fase de Habilitação ou de Classificação e Julgamento das Propostas deverão ser interpostos no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da divulgação da decisão recorrida, dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, entregues e protocolados no setor de Licitações - CPL, no edifício sede da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, até às **17h**, sob pena de preclusão.

10.1.1 - Os recursos devem ser apresentados por escrito, de forma legível e assinados pelos representantes legais, ou procuradores com poderes específicos, devidamente constituídos na forma do **subitem 4.2** deste **EDITAL**.

10.1.2 – Não serão conhecidos recursos ou impugnações ao edital, enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação se dentro dos prazos previstos em lei as petições originais não tiverem sido protocolizadas, após pagamento da taxa devida.

10.1.3 – As impugnações a recurso interposto (Lei Federal nº 8.666/93 art. 109 parágrafo 3º) não precisam ser autuadas, devendo ser entregues pessoalmente à Comissão de Licitações.

10.2 - Após o prazo acima mencionado, no caso de interposição de recursos, a Comissão de Licitação comunicará aos **LICITANTES**, por escrito, que as razões recursais encontram-se à disposição na sede da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, de **8h** até às **17h** para impugnação (contra-razões) no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da comunicação, sob pena de preclusão.

10.3 - Realizada a análise das razões e contra-razões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, ou, no caso de manutenção da decisão, deverá encaminhar o recurso ao Prefeito Municipal de Dom Bosco, devidamente informado, para decisão.

11 - GARANTIA PARA CONTRATAR

11.1 - Será exigida garantia do contrato **somente** se ocorrer à hipótese do § 2º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, no valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

correspondente à diferença entre o valor da proposta e o valor apurado nos cálculos da cláusula 3.2.

11.2 - A garantia contratual será devolvida após lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratual, mediante requerimento da Contratada.

12 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 - As obrigações decorrentes desta Tomada de Preço consubstanciar-se-ão na “Ordem de Execução de Serviços”, conforme minuta (anexo VI).

12.2 - O prazo para assinatura da “Ordem de Execução de Serviços”, bem como para retirar a Nota de Empenho, é de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação publicada no mural da prefeitura, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas na cláusula 13 desta Tomada de Preço, sendo que nesta oportunidade, para a assinatura da Ordem de Execução de Serviços, a empresa deverá apresentar na secretaria municipal de fazenda os seguintes documentos:

12.2.1 – Indicar responsável técnico pela execução do objeto do contrato e o preposto que o representará durante a execução dos trabalhos;

12.2.2 – Apresentar cronograma físico-financeiro da execução das obras e ou serviços aceito pela prefeitura;

12.2.3 – Apresentar guia de recolhimento da ART, nos termos da Resolução 307/86-CONFEA;

12.2.4 – Certidão Comprobatória de Regularidade para a Fazenda do Município de sede da empresa bem como do município de Dom Bosco, relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada;

12.2.5 – Apresentar certidões comprobatórias de regularidade previdenciária e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

12.3 - O prazo para o início dos serviços será contado a partir da data fixada na “Ordem de Início”. O prazo total do contrato é de 120 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a contar dessa data.

12.4 – Depois de conferidos e juntados ao processo, o mesmo será submetido à Assessoria Jurídica para formalização da Ordem de Execução de Serviços conforme Modelo Anexo VI e **deverá ser assinada pelo representante legal: diretor, sócio, ou procurador da empresa,**



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

mediante apresentação, respectivamente, do contrato social ou procuração e cédula de identidade

12.5 - Havendo recusa da adjudicatária em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido, é facultado à Administração, sem embargo da aplicação das penalidades previstas em Lei, convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, querendo, fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada.

13. DAS SANÇÕES

13.1 - São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas pertinentes.

13.2 – Em ocorrendo recusa da adjudicatária em assinar a Ordem de Execução de Serviços dentro do prazo estabelecido neste Edital será aplicada:

13.2.1 - multa no valor correspondente a 30% (trinta inteiros por cento) sobre o valor da proposta.

13.2.2 – pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar pelo prazo máximo de 02 (dois) anos com a prefeitura municipal de Dom Bosco, a critério da Administração.

13.2.3 - Incidirá nas mesmas penas previstas nos itens acima a empresa que estiver impedida de retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos necessários para tanto, relacionados no item 13.2 e subitens.

13.3 - A penalidade de multa poderá ainda ser aplicada em outras hipóteses, conforme discriminado na cláusula VIII do Anexo VI deste Edital.

13.4 - As sanções são independentes. A aplicação de uma não exclui a das outras.

13.5 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da prefeitura. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 -Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

14.2 -Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação e propostas de preços, atinentes as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da proposta implica no conhecimento dos elementos constantes do TOMADA DE PREÇO, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento da “Ordem de Execução dos Serviços” e disposições deste Edital.

18.2 - A Prefeitura reserva-se o direito de exigir documentação comprobatória do cumprimento de todas as exigências legais provenientes da prestação do objeto, bem como a promoção de diligências destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (§ 3º, do artigo nº 43 da Lei Federal nº 8.666/93).

18.3 – A autoridade competente do Município de Dom Bosco, poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.

18.4 – A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.5 – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedadas observações ou reclamações impertinentes ao certame.

18.6 – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

18.7 – Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

18.8 – É facultada ao Presidente da Comissão Permanente ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

18.9 – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Bonfinópolis de Minas - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.10 – Os casos omissos serão dirimidos pelo presidente da Comissão de Licitação, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

19 – ANEXOS

19.1 - Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

19.1.1 - Anexo I – Memorial Descritivo / Especificações Técnicas;

19.1.2 - Anexo II – Impresso Oficial de Proposta;

19.1.3 – Anexo III - Planilha de Custo Básico.

19.1.4 – Anexo IV – Detalhamento do B.D.I;

19.1.5 – Anexo V – Atestado de Visita Técnica;

19.1.6 – Anexo VI – Minuta da Ordem de Execução de Serviço e contrato

19.1.7 – Anexo VII– modelo de declaração que não emprega menor; inexistência de fato impeditivo

19.1.8 – Anexo VIII– modelo de procuração para o credenciamento;

19.1.9 – Anexo IX – modelo declaração recebimento do edital

19.1.10 – ANEXO X e XI - Modelo de denegação de recursos.

19.1.11 – ANEXO XII - Modelo declaração ME, EPP.

19.1.12 – ANEXO XIII - Relação de documentos para CRC.

20 - O HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTO

20.1- Esta TOMADA DE PREÇO será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Dom Bosco – MG e publicado extrato nos diários: <http://www.diariomunicipal.com.br/> e no DOU Diário Oficial da União.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

20.2 - Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de compras no edifício sede da prefeitura municipal sito à Pça Eliane Queiroz da Silva, 25 – Alto da Boa Vista, Município de Dom Bosco – MG, CEP 38.654-000; no horário da 07h30min as 11h30min e de 13h às 17 horas, até o ultimo dia previsto para entrega dos envelopes proposta.

Dom Bosco MG, 31 DE MAIO DE 2021.

POLLYANNA BORGES
Presidente da Comissão de Licitação
Portaria n° 09/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

EDITAL DE LICITAÇÃO da TOMADA DE PREÇOS N° 09/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2021

Proprietário: Prefeitura Municipal de Dom Bosco – MG.

CNPJ: 01.602.782/0001-00

Endereço: Praça Eliane Queiroz da Silva, 25 – Alto da Boa Vista – 38654-000

Local da Obra: Trecho da Rua Maria Alves

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO:

O objeto do presente plano é o registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a implantação da iluminação do canteiro central da Rua Maria Alves.

1. Entrada de Serviço em Baixa Tensão

Ramais de Ligação

Os ramais de ligação classe de tensão 1,2 kV derivará da rede de distribuição secundária da concessionária da CEMIG de classe 1,2 kV, como indicado na planta de locação e demais plantas. O ramal de entrada será subterrâneo e partirá de poste da concessionária instalado no mesmo lado da rua.

Tensão de Fornecimento

O fornecimento será a 2 fios (1 fases + neutro), na tensão de 220V, na qual se classificada no Tipo de Fornecimento A1.

2. Ramais de Ligação Subterrâneo

Os Ramais de Ligação será de condutores subterrâneos, os condutores derivados do poste da CEMIG localizado na calçada da Rua Maria Alves.

Os condutores dos Ramais de Ligação Subterrâneo serão condutores unipolares de cobre com seção #2 x 10 mm², com tensão de isolamento 1 kV, isolamento em XLPE classe de temperatura 90°.

Os condutores devem seguir o padrão de cores.

Fase 01 (F1 = A): PRETO;

Fase 02 (F2 = B): BRANCO ou CINZA;

Fase 03 (F3 = C): VERMELHO;

Neutro (N): AZUL CLARO;

Aterramento (PE): VERDE.

Os condutores Ramal de Ligação Subterrâneo derivarão do poste da CEMIG localizado na Rua Maria Alves, descerão através de um eletroduto de ferro galvanizado de Ø 1 1/2", este eletroduto deverá ser fixado junto ao poste através de 4 cintas de aço galvanizado, no topo do eletroduto deverá ser colocada uma curva de ferro galvanizado de 180° para evitar a entrada de água da chuva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

Na base do poste há uma distância de 50 cm deverá ser instalada uma caixa de passagem, com dimensões mínimas de 70 x 46 x 80 cm, com tampa de ferro fundido nodular com a inscrição “CUIDADO ELETRICIDADE”, conforme especificação da Norma (E-321.0001) e resistência mínima de 125 kN (B125), conforme detalhe 3 e 4 em anexo. Dentro desta caixa de passagem deverá ser gravada 01 (um) haste de cobre com diâmetro (5/8”) 15, 87 mm, com comprimento mínimo 2,40 metros, esta haste tem a função de fazer o aterramento do eletroduto de ferro galvanizado junto a poste, para interligar o eletroduto utilizar um condutor de cobre nu de seção # 35 mm², para a fixação do condutor de aterramento a haste utilizar conectores tipo cunha em liga de cobre de alta resistência mecânica e corrosão, conforme especificações da Norma (E-313.0036).

Da caixa de passagem localizada na base do poste os condutores de Ramal de Ligação seguiram através de um eletroduto de PVC rígido de Ø 1 1/2", este eletroduto deverá este enterrado no solo a uma profundidade mínima de 60 cm e ser envelopado por uma camada de concreto de 10 cm em se em torno.

Sobre o eletroduto a 30 cm de profundidade deverá ser colocada uma fita de sinalização de cor amarela por todo o percurso do eletroduto enterrado no solo. Na fita deverá ser de cor amarela com escrita em vermelho com o dizer a cada metro (CUIDADO ELETRICIDADE, Cabos Energizados Enterrado no Solo), a largura da fita deverá ser de no mínimo 5 cm. Uma caixa de passagem subterrânea conforme detalhe 3 e 4, deverá ser deverá ser instalada a 2,00 m do quadro de medição, conforme planta do pavimento térreo.

A distância aproximada do ponto de derivação no poste da CEMIG até o quadro de medição de é de 2,00 m.

Uma caixa de passagem subterrânea, com dimensões mínimas de 30 x 30 x 30 cm, com tampa de ferro fundido nodular com a inscrição “CUIDADO ELETRICIDADE”, conforme especificação da Norma (E-321.0001) e resistência mínima de 125 kN (B125).

Nesta caixa de passagem também deverá ser feito aterramento do barramento do neutro, deverá ser gravada dentro da caixa de passagem 01 (um) haste de cobre com diâmetro (5/8”) 15, 87 mm, com comprimento mínimo 2,40 metros, sendo esta a primeira haste da malha de aterramento, utilizar 4 hastes de aterramento.

Os condutores do ramal de carga saíram por baixo do quadro de medidor, e seguiram até o quadro de distribuição, localizado na mesma mureta de medição a 50 cm do quadro de medição, conforme pode ser visto nas plantas em anexo.

Uma placa de ferro galvanizado de dimensões de 120 x 50 mm, com espessura mínima de 1,5 (um vírgula cinco) milímetro, conforme detalhe 8 em anexo, deverá ser instalada à 3,00 metros do solo, e ser fixada no eletroduto junto ao poste através de abraçadeiras de aço galvanizado. Nesta placa de identificação deverá conter o nome da edificação (“ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRAÇA”), o texto deverá ser gravado ou ser pintado através de tinta indelével de cor amarela.

3. Quadro de Medição

O quadro de medição de energia deverá ser padronizado pela CEMIG.

O quadro deverá ser fabricado utilizando-se obrigatoriamente chapas de alumínio com espessura mínima de 1,5 mm para as caixas MDR/HS, ME e espessura mínima de 1,2 mm para as caixas MMTP, MP, LCM, LCP, MMR, QMC, QMC1, QMC2, sendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

que a caixa MMTP possui tampa moldada em polycarbonato incolor, polida (cristal) totalmente transparente resistente aos raios ultravioletas.

As tampas dos quadros para medidores deverão ser marcadas externamente com o número do apartamento ou número de identificação da unidade consumidora, de forma a identifica-las com as respectivas unidades consumidoras, em ordem sequencial da esquerda para direita e de cima para baixo.

A proteção elétrica (disjuntores) deverá também ser identificada com o número da unidade correspondente. A marcação externa do número de identificação na tampa do quadro para medidores e nos disjuntores deverá ser feita em plaquetas metálicas ou acrílicas, arrebitadas ou parafusadas.

4. Proteção Geral

Deverá ser instalado dentro do quadro de medição agrupada, uma proteção geral para o ramal de ligação, essa proteção será feita com um Disjuntor Unipolar Termomagnético de 40 A, (Norma IEC/DIN), com capacidade de interrupção mínima de 5,00 kA, curva característica de disparo C.

O condutor neutro não poderá conter nenhum dispositivo capaz de causar sua interrupção, assegurando assim sua continuidade e deverá ser firmemente fixado ao eletrodo de aterramento através de solda exotérmica ou conector de aterramento em liga de cobre de alta resistência mecânica e os parafusos de bronze silício ou aço inoxidável, (conector tipo cunha).

5. Iluminação

Todos os materiais devem estar em conformidade com a norma ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Os equipamentos elétricos devem atender as normas da concessionária de energia elétrica, neste caso a CEMIG.

Para a fixação das Luminárias deverá ser construída uma base de concreto, no mesmo nível do solo, esta base deve suportar um poste de aço com chumbador de aço, poste de aço com 5,30 metros de comprimento.

Serão utilizados 29 pontos de iluminação com 2 x 60W e 12 pontos de iluminação 3 x 60W.

Poste decorativo, fabricado em aço SAE 1010/1020, telecônico reto circular com 5,30 metros de altura, com base. Quatro chumbadores de diâmetro 5/8 com 800 mm de comprimento, soldados em forma de gabarito, com porcas e arruelas para fixação do poste.

Luminária decorativa, 60W, fabricada em alumínio fundido, com alojamento de acessórios. Acabamento em pintura eletrostática poliéster a pó polimerizada a 220°C.

No topo deste poste deverá ser instalado um conjunto de luminária tipo pétalas com 02 ou 03 lâmpadas.

As luminárias devem ter espaço para acomodação dos reatores que acionaram as lâmpadas, este espaço deve ser interno, ou seja, embutido na luminária.

Para acionamento da lâmpada deverá ser instalado um Relé Fotoelétrico 220V / 10 A, individual para acionamento de cada lâmpada e ser instalado junto a luminária.

6. Caixa de Passagem

Na base ao lado do poste deverá ser instalada uma caixa de passagem com dimensões de mínimas de 70 x 46 x 80 cm, com tampa de ferro fundido nodular com a inscrição "CUIDADO ELETRICIDADE", conforme especificação da Norma (E-321.0001).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

As caixas devem estar posicionadas nos canteiros ao lado do poste e fixadas na mesma base que sustenta o poste, a tampa deverá ter resistência mínima de 125 kN (B125), as caixas de passagem devem estar no máximo a 50 cm do poste. A tampa da caixa de passagem deve estar nivelada com a base de concreto do poste. Não será permitida em hipótese alguma a colocação de caixa de passagem em áreas que circulação de veículos, ônibus, caminhões, etc.

Dentro de cada caixa de passagem deverá ser colocada uma camada de brita de 20 cm, utilizar brita número 2.

7. Eletrodutos

Todos os circuitos deverão ser subterrâneos, os condutores dos circuitos deverão ser instalados dentro de eletrodutos de PVC Rígido de Ø 1 1/4", NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE ELETRODUTO FLEXÍVEL. Deverá ser aberto uma vala para acomodar o eletroduto, este eletroduto deverá estar a uma profundidade de 60 cm, não será permitido uma profundidade menor que 40 cm.

Nos trechos onde haverá a circulação de veículos deverá ser utilizado eletroduto de PVC rígido de Ø 1 1/4", neste trecho deverá envelopar os eletrodutos com uma camada de 15 cm de concreto em seu entorno, um segundo eletroduto de mesmas características nos trechos onde haverá circulação de veículos deverá ser instalado, com função de ser o eletroduto reserva, este eletroduto deverá ser tampado com tampa rosável.

Uma camada de concreto de 15 cm deverá ser colocada em torno do eletroduto subterrâneo somente em trechos onde a circulação de veículos. Deverá ser respeitado o tempo de cura do concreto para que a vala seja coberta com terra, este tempo deverá ser de no mínimo 24 horas. A vala não poderá ser coberta por máquinas pesada.

Há uma profundidade de 30 cm do nível do solo e a 20 cm acima do eletroduto deverá ser instalada uma fita de cor amarela com um texto de cor vermelha com o seguinte dizer: "CUIDADO ELETRICIDADE".

Para emendar os eletrodutos deverá ser utilizada luva com rosca de seção adequada para cada eletroduto.

8. Aterramento Postes de Iluminação

Deverá ser instalada 01 (um) haste de diâmetro nominal (5/8") 15,87 mm, revestida com uma camada de cobre com espessura mínima de 0,254 µ x m, com comprimento mínimo 2,40 metros, com a função de aterramento para cada poste metálico da Iluminação Pública. Para interliga à haste de aterramento ao poste deverá ser utilizada um cabo de cobre nu de seção de # 10 mm², condutor esta que está diretamente enterrado no solo a uma profundidade mínima de 60 cm. Para interligação do condutor com a haste de aterramento deverá ser utilizado um conector tipo cunha de liga de cobre, o código para o conector tipo cunha conforme padrão CEMIG.

Um cabo unipolar de cobre nu de seção que #10 mm² e ou com a mesma seção do maior condutor fase, deverá acompanhar os circuitos, este condutor de aterramento deve acompanhar todos os circuitos que interligará todas as 6 hastes de aterramento, distribuídas nas caixas de passagem, para conexão deste condutor a haste de aterramento utilizar conector tipo cunha, conforme citado acima. Este condutor deverá ser passado por fora do eletroduto, ou seja, ser enterrado diretamente ao solo a uma profundidade mínima de 60 cm.

9. Emenda dos Cabos



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

Devido à possibilidade das caixas de passagem subterrâneas encherem de água, deverá ser feito a recomposição da isolação dos condutores quando forem emendados, uma isolação adicional, conforme descrito abaixo.

Em qualquer ponto onde haja a necessidade de ser feito emendas nos condutores deverá ser feita a recomposição da isolação. Em cada emenda deverá ser refeita a recomposição da isolação, primeiramente deverá ser passado 3 (três) camadas de fita auto fusão, e repassar 5 (cinco) camadas de fita isolante por cima da fita auto fusão, isso deve ser feito 8 cm para cada lado dos condutores que tiveram sua isolação comprometida.

Deverá ser deixada uma sobra de 1,00 m de cada cabo dentre de cada caixa de passagem onde forem feitas emendas ou derivações dos circuitos principais da iluminação, esta sobra deverá ser deixada como sobra para futuras manutenções.

10. Execução da Instalação

A execução da obra deve seguir as seguintes etapas.

- ☐ Primeiramente deverá ser localizado e demarcado os pontos de iluminação Pública que deverão ser instalados, conforme distribuídos na planta em anexo;
- ☐ Abertura da vala com para posicionar os eletrodutos, lembrando que os eletrodutos devem ficar posicionados no mínimo 60 cm de profundidade;
- ☐ Colocação dos eletrodutos no interior da vala;
- ☐ Passar um fio para servir de guia para a passagem dos condutores;
- ☐ Construção da base para sustentar o poste e caixa de passagem;
- ☐ Concretar a base dos postes com o chumbador e confeccionar a caixa de passagem ao lado do poste com 80 cm de profundidade, e demais caixas de passagem;
- ☐ Espera 24 h para a cura do concreto da base do poste;
- ☐ Passar o condutor de cobre nu de seção # 10,00 mm², para interligação das hastes de aterramento;
- ☐ Cobrir manualmente os eletrodutos com uma camada de terra (sem pedregulhos) até faltar 30 cm para o nível do solo;
- ☐ Colocação da fita de cor amarela que indicará que há condutores de energia abaixo, conforme especificado acima;
- ☐ Cobrir os 30 cm restante da vala com terra (sem pedregulhos) até que o solo fique nivelado;
- ☐ Montagem das luminárias no topo do poste, montar as luminárias no poste com o poste deitado;
- ☐ Passar a fiação de 6,00 mm², conforme especificado, por dentro do poste e fazer a ligação dos respectivos condutores, este condutor será ligado ao circuito principal dentro da caixa de passagem na base do poste;
- ☐ Fixar o poste na base já concretada;
- ☐ Cravar as hastes de aterramento dentro de cada caixa de passagem;
- ☐ Fazer a ligação dos condutores de aterramento a haste de aterramento, conforme descrito acima;
- ☐ Passar os condutores dos dois circuitos principais de iluminação, através do eletroduto de Ø 2”;
- ☐ Fazer a ligação dos condutores de 6,00 mm², ao circuito principal dentro da caixa de passagem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

- ☐ Fazer a recomposição da isolação dos condutores que tiveram a sua isolação comprometida, conforme especificado acima;
- ☐ Instalação dos dispositivos de proteção e comando da iluminação Pública, no quadro de proteção geral localizado na mureta, conforme mostra a planta em anexo;
- ☐ Testar se todas as luminárias estão funcionando adequadamente;
- ☐ Medir a corrente dos circuitos para verificar se estão de acordo com a corrente do projeto.
- ☐ Medir a resistência de aterramento de cada haste de aterramento, deligar o disjuntor geral para fazer a medição da resistência de aterramento.

11. Considerações Finais

Todos os materiais presentes na lista em anexo deverão estar em conformidade com os padrões CEMIG quando da exigência da concessória, quando a concessionária não estabelecer uma norma própria, deverá ser seguido os padrões estabelecido pela ABNT.

A execução das instalações deverá ser feita por profissionais com formação de nível técnico eletrotécnica, formados por uma instituição devidamente reconhecida pelos órgãos federais, e sobre a supervisão de um profissional com formação em Engenharia Elétrica durante a execução do projeto, sendo estes necessários para uma boa execução do projeto, tendo assim segurança e conforto.

Qualquer alteração das características do projeto acima descrito podem comprometer a segurança e a qualidade das instalações. Qualquer alteração deverá ser solicitada por escrito ao responsável técnico da obra.

Dom Bosco - MG, 31 de MAIO de 2021.

Vinícius Andrade Santos
Eng. Civil CREA-MG 230.293/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO II

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO- MG.

ATT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
REF. TOMADA DE PREÇO 09/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021.
DIA: 17 DE JUNHO DE 2021.
HORARIO: 08h30min.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

XXXXXXXXXXde XXXX de 2021..

Conforme solicitado por esta prefeitura, nos autos do processo licitatório Nº 40/2021 TOMADA DE PREÇO Nº 09/2021. Vimos encaminhar nossa proposta comercial para a prestação dos serviços abaixo descritos:

(1) Prestação de serviços de engenharia civil por **Empreitada Global (mão de obra e matérias)**. Nos termos da Lei 8666/93 suas alterações e demais legislações aplicáveis, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PARTE DA RUA MARIA ALVES, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, PROJETO E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Valor global da obra: XX

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Por medição periódica dos serviços realizados

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta dias)

Declaramos, ter vistado e vistoriado o local da realização da obra, ter dito acesso ao projeto arquitetônico, planilhas técnicas e de custo, BDI, normas do convenio e declaramos ainda ter ciência e aceitar todas as normas constantes do edital para todos os fins.

XXXXXX, XXX de XXXXXXXXX de 2021.

XXXXXXXXXX

Representante da empresa

“DEVE SER IMPRESSO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA”



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTO.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA(SEM DESONERAÇÃO)								
PREFEITURA: DOM BOSCO - MG CNPJ: 01.602.782\0001-00						DATA: 31/05/2021		
OBRA: ILUMINAÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL						FORMA DE EXECUÇÃO:		
LOCAL: TRECHO DA RUA MARIA ALVES						INDIRETA	BDI = 25,00%	
REGIÃO E MÊS DE REFERÊNCIA: SETOP - TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA - JANEIRO/2021								
PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 DIAS								
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO (SEM BDI) (R\$)	PREÇO TOTAL (SEM BDI) (R\$)	PREÇO TOTAL (COM BDI DE 25%) (R\$)
1.0			INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA					R\$ 16.713,97
1.1	SETOP	IIO-PLA-005	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,5 0 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIJECIDA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADAS	UNID.	1	R\$ 1.121,47	R\$ 1.121,47	R\$ 1.401,84
1.2	COMPOSIÇÃO		LOCAÇÃO DE MÁQUINA PARA CORTAR ASFALTO (DIÁRIA)	DIA	3	R\$ 400,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

1.3	SETOP	TER-ESC-050	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	M³	102,35	R\$ 31,42	R\$ 3.215,84	R\$ 4.019,80
1.4	SETOP	TER-REA-005	REATERRO MANUAL DE VALA	M³	102,35	R\$ 53,41	R\$ 5.466,51	R\$ 6.833,14
1.5	SETOP	RO-40238	COMPACTAÇÃO MANUAL DE ATERROS	M³	102,35	R\$ 23,13	R\$ 2.367,36	R\$ 2.959,19
2.0			INSTALAÇÃO DE COMPONENTES ELÉTRICOS					R\$ 93.805,95
2.1	COMPOSIÇÃO		LUMINÁRIA STREET PETALA DE 50 W (NACIONAL - 5 ANOS DE GARANTIA)	UNID.	94	R\$ 295,00	R\$ 27.730,00	R\$ 34.662,50
2.2	SETOP	ELE-PAD-115D	POSTES DE 2 SUPORTES (5,3 METROS DE ALTURA EXTERNO MODELO RETO DE 3 POLEGADAS DE DIÂMETRO COM PAREDE INTERNA DE CHAPA 14 COM CHUMBADOR) (PROPORCIONAL)	UNID.	29	R\$ 520,00	R\$ 15.080,00	R\$ 18.850,00
2.3	SETOP	ELE-PAD-115D	POSTES DE 3 SUPORTES (5,3 METROS DE ALTURA EXTERNO MODELO RETO DE 3 POLEGADAS DE DIÂMETRO COM PAREDE INTERNA DE CHAPA 14 COM CHUMBADOR) (PROPORCIONAL)	UNID.	12	R\$ 540,00	R\$ 6.480,00	R\$ 8.100,00
2.4	COMPOSIÇÃO		CAIXA CEMIG CMD3-5/CMS02/03 C/LENTE S.MET.7355	UNID.	5	R\$ 798,00	R\$ 3.990,00	R\$ 4.987,50
2.5	COMPOSIÇÃO		CAIXA DE PASSAGEM EM PVC	UNID.	46	R\$ 41,00	R\$ 1.886,00	R\$ 2.357,50
2.6	SETOP	ELE-DIS-070	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 5KA, DE 60A	UNID.	5	R\$ 54,12	R\$ 270,60	R\$ 338,25
2.7	SETOP	ELE-ATE-005	ATERRAMENTO COMPLETO, COM HASTES COPPERWELD 5/8" X 2,40 M	UNID.	15	R\$ 108,65	R\$ 1.629,75	R\$ 2.037,19
2.8	COMPOSIÇÃO		CONECTOR PARA HASTE 5/8	UNID.	15	R\$ 7,50	R\$ 112,50	R\$ 140,63
2.9	COMPOSIÇÃO		CONECTORES CUNHA 50 MM COBRE ASSIMETRICO	UNID.	15	R\$ 7,95	R\$ 119,25	R\$ 149,06



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

2.10	SETOP	ED-13939	CABO DE COBRE NU #25MM2 - 7 FIOSX2,06MM, PARA ELEMENTOS DE CAPTAÇÃO/ ANEL DE CINTAMENTO/ DESCIDA (SPDA), INCLUSIVE SUPORTE E ISOLADOR	MT	500	R\$ 16,00	R\$ 8.000,00	R\$ 10.000,00
2.11	COMPOSIÇÃO		CABO PP 3 VIAS DE 1,5 MM	MT	360	R\$ 5,70	R\$ 2.052,00	R\$ 2.565,00
2.12	SETOP	ED-13938	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 16 MM (AZUL)	MT	62	R\$ 16,70	R\$ 1.035,40	R\$ 1.294,25
2.13	SETOP	ED-13938	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 16 MM (PRETO)	MT	125	R\$ 16,05	R\$ 2.006,25	R\$ 2.507,81
2.14	SETOP	ELE-MAN-025	DUTO CORRUGADO PEAD PARA CABO ELETRODUTO FLEXÍVEL DE 1,5 POLEGADAS	MT	450	R\$ 3,30	R\$ 1.485,00	R\$ 1.856,25
2.15	SETOP	SPDA-FIT-050	FITA DE ALERTA DE REDE	MT	430	R\$ 1,00	R\$ 430,00	R\$ 537,50
2.16	COMPOSIÇÃO		FITA DE AUTO FUSÃO 10 M	UNID.	5	R\$ 30,40	R\$ 152,00	R\$ 190,00
2.17	COMPOSIÇÃO		BUCHA P/ ELETRODUTO 1,5 MM	UNID.	10	R\$ 3,00	R\$ 30,00	R\$ 37,50
2.18	COMPOSIÇÃO		ARRUELA P/ ELETRODUTO 1,5 MM	UNID.	10	R\$ 1,15	R\$ 11,50	R\$ 14,38
2.19	SETOP	ELE-PAD-125	CINTA CIRCULAR EM AÇO GALVANIZADO DE 150 MM DE DIÂMETRO PARA FIXAÇÃO DE CAIXA MEDICAÇÃO	UNID.	23	R\$ 24,47	R\$ 562,81	R\$ 703,51
2.20	COMPOSIÇÃO		FECHO PARA FITA AÇO INOX 3/4 DENTADO	UNID.	25	R\$ 1,00	R\$ 25,00	R\$ 31,25
2.21	COMPOSIÇÃO		LUVA ELETRODUTO ZINCADO DE 1,5 POLEGADA	UNID.	5	R\$ 4,35	R\$ 21,75	R\$ 27,19
2.22	COMPOSIÇÃO		CURVA ELETRODUTO ZINCADO DE 1,5 POLEGADA	UNID.	5	R\$ 13,30	R\$ 66,50	R\$ 83,13
2.23	COMPOSIÇÃO		CABEÇOTE ZINCADO DE 1,5 POLEGADA	UNID.	5	R\$ 4,40	R\$ 22,00	R\$ 27,50
2.24	COMPOSIÇÃO		TUBO GALVANIZADO DE 1,5 MM	UNID.	12	R\$ 53,50	R\$ 642,00	R\$ 802,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

2.25	SETOP	ELE-REL-005	RELÉ FOTOELÉTRICO, TENSÃO 120V COM CAPACIDADE DE CARGA 1200VA, INCLUSIVE BASE E INSTALAÇÃO	UNID.	41	R\$ 18,15	R\$ 744,15	R\$ 930,19
2.26	COMPOSIÇÃO		BASE PARA RELÉ	UNID.	41	R\$ 8,30	R\$ 340,30	R\$ 425,38
2.27	COMPOSIÇÃO		TERMINAL PRE ISOL PINO 16 MM	UNID.	60	R\$ 2,00	R\$ 120,00	R\$ 150,00
3.0			INSTALAÇÃO DE POSTES E LUMINÁRIAS					R\$ 18.787,50
3.1	COMPOSIÇÃO		LOCAÇÃO DE PERFURATRIZ (DIÁRIA)	DIA	3	R\$ 190,00	R\$ 570,00	R\$ 712,50
3.2	COMPOSIÇÃO		MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO POSTES	UNID.	41	R\$ 240,00	R\$ 9.840,00	R\$ 12.300,00
3.3	COMPOSIÇÃO		SERVIÇO DE AJUDANTE DE ELETRICISTA (DIÁRIA + ESTADIA+ ALIMENTAÇÃO+ LOCOMOÇÃO)	DIA	10	R\$ 190,00	R\$ 1.900,00	R\$ 2.375,00
3.4	COMPOSIÇÃO		SERVIÇO DE ELETRICISTA (DIÁRIA + ESTADIA+ ALIMENTAÇÃO+ LOCOMOÇÃO)	DIA	10	R\$ 272,00	R\$ 2.720,00	R\$ 3.400,00
4.0			LIGAÇÃO DE ENERGIA					R\$ 6.250,00
4.1	COMPOSIÇÃO		LIGAÇÃO DOS RELOGIOS (PADRÃO CEMIG)	UNID.	5	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.250,00
TOTAL GERAL							R\$ 108.445,94	R\$ 135.557,42

Pregão



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO IV - COMPOSIÇÃO DO BDI.

PREFEITURA: DOM BOSCO - MG

OBRA: ILUMINAÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL

LOCAL: TRECHO DA RUA MARIA ALVES

DATA: 31/05/2021

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	4,00%

BDI		
TIPO DE OBRA		
Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica		
Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	K1	6,47%
Seguro e Garantia	K2	0,80%
Risco		1,10%
Despesas Financeiras		0,59%
Lucro	K3	8,65%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	25,00%
---	------------	--------

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+K1+K2)*(1+K3)}{1} (1-CP-ISS-CRPB)$$

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi Sem Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Dom Bosco – MG, 31 de maio de 2021.

Vinícius Andrade Santos
CREA-MG 230.293/D

Pregão



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO V – ATESTADO DE VISITA TECNICA – FACULTATIVO.

Declaro para atender as exigências do Processo licitatório nº 40/2021 Tomada de preços nº 09/2021, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PARTE DA RUA MARIA ALVES , CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, PROJETO E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS** que o engenheiro XXX(XXXX), CREA/CAUC, representante da empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXX, compareceu à visita técnica ao local das obras, em XX/XXX/2021 no horário de XXXX tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, de acordo com o artigo 30, inciso III da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Dom Bosco, XXXX de XXXX de 2021

PREFEITURA MUNIC. DOM BOSCO
Pollyanna Borges
Presidente da C.P.L.Portaria nº 09/2021

EMPRESA
CNPJ:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
Eng. Civil CREA XXXXX/MG
Engenheiro Fiscal Prefeitura



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO VI - MINUTA DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS e CONTRATO

LICITAÇÃO POR TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 40/2021.

TIPO: MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS nº _____ / 2021.

Aos dias do mês de XXXXXX de 2021, O Município de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de direito publico, através da Secretaria de Administração e Fazenda, situada à Pça Eliane Queiroz da Silva, 25 – Alto da Boa Vista, inscrita no CNPJ 01.602.782/0001-00, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Nelson Pereira de Brito**, brasileiro, solteiro, portadora do CPF nº 041.967.566-38 RG 8061279 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua JOSE MENDES, nº 792, na cidade de Dom Bosco MG, CEP – 38.654-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, **AUTORIZA**, conforme despacho proferido às fls. do processo em epígrafe, e a empresa **XXXXXXXXXX**. Estabelecida à Rua XXXXXX, inscrita no CNPJ sob o Nº XXXXXX, neste ato representado pelo sócio administrador o Senhor (a) **XXXXXXXXXX**, portador do CPF XXXXXX e RG XXXXXX, a prestar os serviços que integram o OBJETO abaixo discriminado, de acordo com as cláusulas que seguem, firmando para tanto o presente contrato decorrente da TOMADA DE PREÇO nº 09/2021 regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

I - Prestação de serviços de engenharia civil por **Empreitada Global (mão de obra e matérias)**. Nos termos da Lei 8666/93 suas alterações e demais legislações aplicáveis, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PARTE DA RUA MARIA ALVES, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, PROJETO E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.1 - Os serviços a serem executados deverão obedecer às especificações contidas no Anexo I – Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Edital.

1.2 - Os serviços serão executados no local relacionado no Anexo I do Edital de licitação que precedeu este ajuste e dele faz parte integrante.

II - DO REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR E DOTAÇÃO.

2.1 – Os serviços serão executados no regime de empreitada global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

2.2 - O valor total do presente ajuste importa em R\$ _____
(_____).

2.3 - Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação 02.11.01.25.752.2501.2597.3.3.90.39.00 - Ficha 519; Fonte 1.00.00 - 1.17.00 - 2.17.00 e demais do exercício, através da Nota de Empenho nº _____, no valor de R\$ _____ (_____).

III - PREÇOS

3.1 – No preço supra, estão incluídos todos os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios (BDI), assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST), bem como, as possíveis despesas por parte da contratada com ligações provisórias de água, luz, esgoto, despesas com cópias de desenhos que venham a ser utilizados e aquelas decorrentes da elaboração de controle tecnológico e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação dos serviços objeto desta.

3.2 – Os serviços não constantes da Planilha de Custos Básicos – Anexo III do edital, e eventualmente necessários à conclusão do objeto contratual, nem apresentado pela contratada em sua proposta comercial, será composto por comum acordo entre as partes, submetido à aprovação do Prefeito Municipal, respeitado os limites de acréscimos contratuais dispostos na Lei 8.666/93.

IV - REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste de preços.

4.2 - Fica, todavia, ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas Federais e Municipais sobre a matéria.

V – PRAZOS - 5.1- O prazo total para execução é de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data fixada na Ordem de Início que será entregue à contratada, na qual serão indicados a Unidade e o engenheiro que serão responsáveis pela fiscalização do ajuste e o endereço para entrega das medições e demais documentos.

VI - MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1-Mediante requerimentos mensais apresentados à Prefeitura pela CONTRATADA, serão efetuadas, após decurso dos respectivos períodos de execução, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição, e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

6.1.1 -Primeira Via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura.

6.1.2 - Fatura no caso de apresentação de Nota Fiscal.

6.2 - Se o período de medição não abranger um mês integral (primeiro e último mês do prazo previsto na Ordem de Início), o valor mensal será dividido por 30 (trinta) e multiplicado pelo número de dias trabalhados, considerando-se o mês comercial.

6.3 - Caso ocorra à necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.4– Por ocasião da apresentação dos documentos citados nas subcláusulas 6.1.1 e 6.1.2, a Contratada estará sujeita as retenções cabíveis, fiscais e das contribuições ao INSS, decorrentes de legislações específicas, bem assim a comprovação de regularidade para com o FGTS, decorrentes do objeto deste contrato.

6.5– Quando da solicitação de pagamento, deverá ser observado o disposto na legislação vigente, especialmente na Lei Municipal 13.701/03 e demais normas regulamentares, devendo a contratada comprovar, se cabível, a regularidade fiscal resultante da execução do ajuste, mediante a apresentação de cópia da última guia de recolhimento de ISS, acompanhada de declaração em que ateste a correspondência entre a guia apresentada e o objeto contratual ou de declaração de que não está sujeita ao pagamento do tributo.

6.6 - O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela do objeto do contrato.

6.7- Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

6.8 - Não será concedida atualização ou compensação financeira

6.9 - Por ocasião da medição final, a contratada deverá apresentar 02 (duas) vias de plantas contendo todas os serviços executados, devendo uma via ser anexada ao processo observadas as seguintes especificações.

6.10.1 - As plantas de medição final deverão ser apresentadas na escala adequada, nos formatos A0 a A4, a critério da fiscalização.

6.10.2 - Todas as plantas deverão conter a assinatura do responsável técnico pela Contratada e visto do responsável pela fiscalização



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

6.10.3 - As plantas deverão conter elementos que permitam a identificação e a amarração planimétrica dos serviços executados, bem como o quadro-resumo das principais quantidades referentes aos serviços executados.

6.11 - Também por ocasião da medição final, a Contratada deverá entregar ensaios da resistência do concreto utilizado, em 02 (duas) vias, devendo uma delas ser anexada ao processo. O ensaio deverá especificar a resistência do material aos 7 e aos 28 dias

VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – A Contratada assumirá integralmente responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, que deverão ser efetuados, de acordo com o estabelecido nas normas deste, e em especial do Memorial Descritivo e Especificações Técnicas constante do anexo I, bem como, atendendo as demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação em vigor, responsabilizando-se pelos danos decorrentes da realização de referidos trabalhos.

7.2 – A Contratada obriga-se a corrigir ou substituir as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que tenham vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua elaboração, para que as obras e ou serviços efetuados sejam entregues em perfeitas condições, a critério da fiscalização da Subprefeitura.

7.3 – A Contratada obriga-se, ainda a manter na obra caderneta para anotações de todos os fatos ocorridos durante a execução das obras e ou serviços. A fiscalização anotará as visitas efetuadas, defeitos e problemas constatados e, em particular, os atrasos no cronograma, consignado eventuais recomendações à empresa contratada. Na hipótese de inobservância das recomendações inseridas na referida caderneta, a Contratada estará sujeita à penalidade prevista na cláusula VIII.

7.4 – A Contratada será responsável pelo cumprimento das normas e segurança do trabalho, devendo exigir de seus funcionários o uso dos equipamentos de proteção individual.

7.5 – A Contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas pela fiscalização.

7.6 – A Contratada obriga-se a colocar, no local da obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização.

7.7 – A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

7.8 - Refazer imediatamente todos os locais danificados decorrentes dos serviços, tais como: tampas de bocas-de-lobo, quebras de calçadas, muros, jardins, tubulação e outros, reconstruindo-os de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem nenhum ônus à contratante.

7.9 - Responder, a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade dos serviços executados e materiais utilizados, sem ônus a Prefeitura municipal de Dom Bosco quando necessitar refazer os serviços rejeitados pela fiscalização.

7.10 - Promover a sinalização viária necessária, responsabilizando-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem assim por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços a PMSP, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamento e pessoal aos locais de trabalho.

7.11 - Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

7.12 - A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados.

7.13 - A Contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão se realizar em outros locais.

7.14 – Mandar proceder, por sua conta, ensaios, testes, laudos e demais provas estabelecidas em normas técnicas oficiais, sempre que solicitadas pela subprefeitura, para atestar a qualidade e as características dos materiais utilizados e das obras e/ou serviços executados.

VIII – PENALIDADES.

8.1 - Além das sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a adjudicatária estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

8.1.1 - Multa por dia de atraso injustificado em relação aos prazos fixados: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor da “Ordem de Execução de Serviços”, até o máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.2 - Multa pelo descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (meio por cento) sobre o valor da Ordem de Execução de Serviços, por dia.

8.1.3 - Multa pelo não atendimento de eventuais exigências formuladas pela fiscalização: 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da Ordem de Execução de Serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

8.1.4 - Multa pela não execução parcial da Ordem de Execução de Serviços: 30,0% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada.

8.1.5 - Multa pela não execução total da Ordem de Execução de Serviços: 30,0 % (trinta por cento) sobre o seu valor.

8.2 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

8.3 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da Prefeitura Municipal de Dom Bosco. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

IX - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1- Os serviços objeto da “Ordem de Execução de Serviços” serão recebidos pela Prefeitura consoante ao disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

X – DAS CAUÇÕES E LEVANTAMENTOS

10.1 - DA CAUÇÃO INICIAL: A **CONTRATADA** deverá depositar na Tesouraria da **PREFEITURA**, antes da assinatura deste instrumento, em moeda corrente do país ou títulos da dívida pública ou seguro garantia ou fiança bancária, a importância correspondente 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, apresentando comprovante de recolhimento, com validade até o término do prazo contratual, mais 90 (noventa) dias, quando a obra será considerada recebida definitivamente.

XI - DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1 - O CONTRATO ORIUNDO DESTA CONTRATAÇÃO TERÁ COMO RESPONSÁVEIS:

11.1.2 GESTOR DO CONTRATO:

GESTOR DO CONTRATO: Marcos Aurélio Resende Chaves - Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura, Trânsito e Serviços Urbanos de Dom Bosco MG.

11.1.3. FISCAL DO CONTRATO - Eduardo Caetano Tavares - Controlador Geral,
Portaria nº 23/2021.

11.1.4 - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam,



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

atestar documentos fiscais, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

11.1.5. Compete ao Fiscal acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, exercer o relacionamento necessário com a contratada, etc. dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Nº 8.666, de 1993.

XII - DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 - Fica a contratada ciente de que a assinatura desta Ordem indica que tem pleno conhecimento dos elementos nela constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.2 - Fica fazendo parte integrante da presente a proposta de fls _____ e o Edital de licitação que a precedeu.

12.3- O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicáveis à sua execução e especialmente aos casos omissos.

12.3.1 - Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei 8.666/93 ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

12.4 - A Prefeitura Municipal de Dom Bosco reserva o direito de executar através de outras contratadas, no mesmo local, estudos, obras ou serviços distintos dos abrangidos na presente Ordem de Execução de Serviços.

12.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente instrumento que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Dom Bosco MG, _____ de _____ de 2021.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE.

[inserir representante legal da empresa]
CONTRATADA

Marcos Aurélio Resende Chaves
Gestor do Contrato. Secretário M. de Obras

Eduardo Caetano Tavares
Controlador Geral - Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS.

CPF/MF n.º

CPF/MF n.º



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021

ANEXO VII - Modelo - D E C L A R A Ç Ã O

ILmo. Sr (a). Presidente da Comissão Permanente de Licitação Município de Dom Bosco (MG)

Ref.: TOMADA DE PREÇO nº 09/2021.

DECLARA também, sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros;

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988;

DECLARA que está plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Edital;

XXXXXXXXXXXX
EMPRESA CARIMBO E ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO VIII

TOMADA DE PREÇOS N° 09/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2021

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (razão social da empresa), com sede (endereço completo) inscrita no CNPJ/ MF sob o nº (nº do CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) (nome do representante) portador (a) da cédula de identidade(nº RG),e CPF (nº CPF), a quem confere amplos poderes para representar perante o Município de Dom Bosco na Sessão pública da TOMADA DE PREÇO nº 09/2021, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

_____, de _____ de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO IX (modelo)

TOMADA DE PREÇOS N° 09/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2021

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE EDITAL Declaramos que recebemos o Edital da TOMADA DE PREÇO N° 09/2021 em//2021, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PARTE DA RUA MARIA ALVES, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, PROJETO E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS, com julgamento marcado para o dia 17 de JUNHO de 2021 as 08h30min.

.....,/ / 2021.

.....
Carimbo e assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO X

Modelo de denegação de recursos

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021

TERMO DE RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL
FASE DE HABILITAÇÃO

A XXXXXX, CNPJ XXXXXXXXX, representada por seu Sócio Administrador XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXX, no processo de Licitação nº 40/2021, Modalidade TOMADA DE PREÇO nº 09/2021 promovido pela Prefeitura Municipal de DOM BOSCO-MG, ciente do direito de recorrer na fase de habilitação prevista no artigo 109, I inciso “a” da Lei 8.666/93, renuncia em caráter inevitável e irrevogável ao direito de interpor qualquer recurso contra a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, na fase de habilitação deste procedimento, autorizando a Comissão Permanente de Licitação a promover a imediata abertura dos Envelopes Propostas apresentados pelos licitantes habilitados conforme o disposto no Edital que o rege o presente certame.

XXXXXX, XXde XXXXXX de 2021.

Sócio Administrador
Carimbo e assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO-XI.

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021

TERMO DE RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL
FASE DE JULGAMENTO DE PROPOSTA COMERCIAL

A XXXXXX, CNPJ XXXXXXXXX, representada por seu Sócio Administrador XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXX, no processo de Licitação nº 40/2021, Modalidade TOMADA DE PREÇO nº 09/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Dom Bosco - MG, ciente do direito de recorrer na fase de julgamento de proposta comercial, previsto no artigo 109, I inciso “a” da Lei 8.666/93, renuncia em caráter inevitável e irrevogável ao direito de interpor qualquer recurso contra a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Dom Bosco, na fase julgamento de proposta comercial deste procedimento, autorizando a Comissão Permanente de Licitação a promover a imediata homologação deste processo licitatório.

XXXXXX, XX de XXXXXX de 2021.

XXXXXXXXXX

Sócio Administrador
Carimbo e assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO XII - Modelo declaração ME, EPP.

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº __, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) __, portador do Documento de Identidade nº __, inscrito no CPF sob o nº ____DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

() Microempresa, ME ou () Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_, ____ de ____ de 2021.

_(assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

ANEXO XIII – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO – CRC.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CADASTRAMENTO: Para o cadastramento e obtenção do Certificado de Fornecedor, a empresa interessada deverá apresentar, no Departamento de Licitações - Praça Eliane Queiroz da Silva nº 25 Bairro Alto da Boa Vista - CEP - 38.654-000 DOM BOSCO MG ou enviar para o email licitacoesdombosco@gmail.com, os seguintes documentos:

1 - Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Estatuto Social em vigor, ata da Assembleia Geral Extraordinária referente ao atual Capital Social, registrado e atualizado em Assembleia Geral Ordinária referente à atual administração, devidamente publicados, para sociedades por ações;
- d) Contrato Social ou Consolidação do Contrato Social e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial, para a sociedade por cotas de responsabilidade limitada;
- e) Prova de inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir.
- g) Cópia do enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP autenticada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais, antes da data de apresentação.

2. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mediante a apresentação do Cartão CNPJ;
- b) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO
ESTADO DE MINAS GERAIS.
CNPJ – 01.602.782/0001-00

- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, da sede do licitante;
- f) Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal, emitido na jurisdição fiscal da sede do requerente;
- g) Prova de inexistência de débitos trabalhistas, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4. Documentos Relativos à Qualificação Econômica – Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica.

TOMADA
DE PREÇOS

